



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>**PROCESSO** : 0049489-54.2019.6.05.8000**INTERESSADO** : COSAD**ASSUNTO** : Contratação de serviço telefônico fixo comutado, bem como para prestação imediata, eventual ou temporária do serviço telefônico de discagem direta gratuita (0800)**Parecer nº 1217883 / 2020 - PRE/DG/ASJUR1**

1. Chega a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos o processo com vistas à contratação de serviço telefônico fixo comutado, bem como para prestação imediata, eventual ou temporária do serviço telefônico de discagem direta gratuita (0800) para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em razão de pedidos de esclarecimentos/impugnações apresentados pela Claro S.A. (docs. n.ºs 1207509 e 1207511) e pela Telemar Norte Leste S.A. (doc. n.º 1207515), em face do Edital n.º 49/2020 (docs. n.ºs 1198555).

2. Considerando que todas as questões lançadas pelas empresas envolvem aspectos de natureza técnica ou relativos à dinâmica contratual, a Pregoeira encaminhou os autos para a Unidade demandante (doc. n.º 1207566), que se pronunciou nos termos do documento n.º 1209265, enfrentando os questionamentos em torno dos prazos estipulados no Termo de Referência e da estimativa do serviço de discagem direta gratuita.

2.1. Por oportuno, acerca da indagação sobre a razoabilidade do prazo de 48 horas para ativação e desativação deste último serviço, convém que a Seção de Apoio Administrativo à Capital confirme o entendimento de acordo com o qual o seu início se dará no prazo geral de 60 (sessenta) dias fixado no TR, devendo o prazo de 48 horas ser observado oportunamente, nas solicitações de desativação/ativação (no início da prestação dos serviços o 0800 deverá estar ativado ou desativado? Quiçá tais esclarecimentos devam ser incorporados às informações disponibilizadas para as licitantes).

2.2. Também foi colhida a manifestação do servidor especializado em telecomunicações que, nos documentos n.ºs 1209477 e 1210007, enfrentou as questões suscitadas pelas empresas em torno de elementos técnicos da contratação pretendida.

3. Novamente provocadas pela Pregoeira (doc. n.º 1210849), a Seção de Apoio Administrativo à Capital e a Seção de Manutenção do Interior ratificaram os seus pronunciamentos anteriores, informando, de forma inequívoca, que não serão necessários quaisquer ajustes no instrumento convocatório e seus anexos por força dos questionamentos lançados, pelo que não devem ser acolhidos os argumentos da Claro e da Telemar Norte Leste (docs. n.ºs 1211722 e 1211776).

4. Assim, considerando que a matéria enfrentada escapa à esfera jurídica, resta-nos, em consonância com o entendimento esposado pela SEAAC e pela SEMAI, opinar pelo indeferimento das impugnações.

É o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Nascimento Costa**, **Analista Judiciário**, em 26/08/2020, às 17:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1217883** e o código CRC **B2EA14CD**.